

M

MODOS DE ENFRENTAMENTO DA MORTE VIOLENTA: A ATUAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DO RIO GRANDE DO SUL

NEUSA ROLITA CAVEDON

*Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

*Professora do Departamento de Ciências Administrativas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Rua Washington Luiz, 855, sala 431, Centro, Porto Alegre – RS – Brasil – CEP 90010-460

E-mail: nrcavedon@ea.ufrgs.br

RESUMO

No intuito de compreender os modos de enfrentamento de um fazer diário que envolve o convívio profissional com a morte violenta é que realizei uma pesquisa de cunho etnográfico, de 2007 a 2010, no Departamento de Criminalística (DC) do Instituto-Geral de Perícias (IGP) do Rio Grande do Sul. Entrevistas, observação simples e participante correspondem às técnicas escolhidas para a obtenção dos dados, e a análise dos achados de campo seguiu os ditames dos estudos etnográficos ao atentar para as interlocuções entre a visão êmica, a visão ética e os teóricos referenciados. A sustentação teórica sobre a morte encontra respaldo nos estudos de DaMatta (1987), Ariès (2000), Elias (2001) e Bauman (2008). Elias (2001) afirma que a morte na contemporaneidade foi recalçada sob dois âmbitos: o individual e o social. O recalque individual impõe uma distância dos moribundos, enquanto o recalque social se dá com a morte ocupando os bastidores da vida social. No caso dos servidores do DC, o enfrentamento da consciência da morte e da violência se dá pela ênfase no “outro mundo”, das almas; pela desconstrução, ao descobrir as causas da morte violenta por meio da busca pela verdade, mediante a utilização do método e das técnicas científicas; pela banalização, em que o corpo da vítima é visto como um “objeto” ou um “boneco”; por meio do riso, do humor negro; o enfrentamento de uma morte violenta no âmbito pessoal mediante o exercício profissional que desafie o indivíduo a ficar frente a frente com essa realidade. Os trabalhos de Marta et al. (2009), Combinato e Queiroz (2006) e Brêtas, Oliveira e Yamaguti (2006) mostram que os sujeitos por eles pesquisados não foram treinados para lidar com a morte no âmbito do trabalho, situação idêntica foi detectada junto aos servidores do DC, sendo a proposição educacional de Kovács (2005) aplicável ao caso em questão. A contribuição desta pesquisa para os estudos organizacionais consiste em chamar a atenção para uma temática pouco abordada na área, bem como enfatizar a relevância de as organizações encontrarem mecanismos de auxílio àqueles que têm por profissão o convívio com a morte violenta.

PALAVRAS-CHAVE

Morte; Violência; Medo; Perícia; Etnografia.

1 INTRODUÇÃO

Em certos momentos da vida em sociedade, determinados crimes acabam abalando a opinião pública em face dos requintes de crueldades praticadas por homens e mulheres. Ações, muitas vezes, impetradas por pessoas integrantes de camadas econômica, cultural e socialmente abastadas contra seus próprios familiares: pais, mães, filhos, filhas. Quando não há uma justificativa plausível (se é que para a violência ela existe), a população reage e exige o desvendamento da tragédia em tempo exíguo como forma de obter explicação e também para que a justiça seja posta em prática. É nessas circunstâncias que o trabalho dos peritos criminais granjeia notoriedade e espaço na mídia, todavia nem sempre de modo positivo, posto que cobranças por uma maior agilidade na busca da materialidade da prova são efetivadas, bem como o prazo destinado à elaboração do laudo, normalmente, tende a ser considerado muito amplo pelos parentes e pela população em geral que se solidariza com os familiares das vítimas de atrocidades.

Aos peritos compete utilizar todo o aparato técnico disponível e a capacidade de observação acurada para desvendar o que aconteceu no local de morte, chegar à verdade dos fatos mediante a materialidade da prova, algo que irá permitir culpar o criminoso ou garantir a liberdade do inocente.

Quem se dispuser a pesquisar o trabalho realizado cotidianamente pelos servidores do Departamento de Criminalística vai ver que, em um único dia, pode haver inúmeros locais de crime a serem investigados, envolvendo homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, enfim, situações em que a busca por provas referentes à morte violenta é o mote do trabalho a ser executado. Cumpre destacar que esse trabalho não fica restrito aos bairros nobres, ao contrário, a grande demanda centra-se na periferia, em casebres, nos morros, favelas, atingindo um segmento constituído por homens jovens em sua grande maioria¹.

No intuito de compreender os modos de enfrentamento e de um fazer diário que envolve o convívio profissional com a morte violenta é que venho realizando uma pesquisa de cunho etnográfico, desde junho de 2007 até o presente, no Departamento de Criminalística (DC) do Instituto-Geral de Perícias (IGP) do Rio

¹ Essa informação refere-se ao estado do Rio Grande do Sul ("CADERNOS TROCADOS...", 2008, p. 51).

Grande do Sul. Entrevistas, observação simples e participante correspondem às técnicas escolhidas para a obtenção dos dados.

Portanto, para que o leitor possa compreender a lógica da construção dessa pesquisa, este artigo está estruturado de modo que inicialmente se tornem compreensíveis os modos de enfrentamento da morte não sob uma perspectiva da psicodinâmica e psicopatologia do trabalho, aspecto já discutido em outro trabalho, mas, sim, mediante os aportes teóricos advindos da História, da Sociologia e da Antropologia. A morte é entendida em um espectro mais amplo para posteriormente ser capturada como objeto de trabalho no dia a dia organizacional, em que ciência, técnica e emoções se mesclam.

2 A MORTE NO OCIDENTE: ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS

2.1 COMPARANDO O PASSADO E O PRESENTE

Os estudos acadêmicos que contemplam a morte como temática de reflexão sempre apresentam em seu início uma retrospectiva histórica de como a morte era percebida e vivenciada em um passado remoto e como ela é recalcada nos tempos contemporâneos. Não vou fugir à regra, até porque os estudos organizacionais não tratam dessa temática de modo recorrente, sendo relevante elucidar de forma detalhada determinados aspectos, na medida em que eles serão reveladores de práticas, no âmbito do espaço organizacional, acionadas com o intuito de tornar viável o enfrentamento de um cotidiano permeado constantemente pela morte violenta.

Cumprir destacar que a bibliografia sobre o tema dentro de uma perspectiva histórica, antropológica e sociológica não é muito vasta. No dizer de Ariès (2000, p. 199):

Resulta surpreendente que as ciências do homem, tão extrovertidas quando se tratava da família, do trabalho, da política, dos prazeres, da religião, da sexualidade, tenham sido tão discretas sobre a morte. Os eruditos se calaram como homens que eram e como os homens a quem estudavam.

Ariès (2000) se propõe durante quinze anos a estudar a história da morte no Ocidente desde a Idade Média até o século XX. Na Idade Média, a morte era esperada no leito pelo enfermo, além disso, era uma cerimônia pública e organizada pelo próprio moribundo que sabia a respeito de seu estado terminal e, portanto,

conduzia as etapas do evento. A casa do moribundo se transformava em um local público de acesso livre a todas as pessoas. Ao morrer, o indivíduo abastado já havia escolhido, via testamento, qualquer parte da Igreja para ser enterrado, isso porque os cemitérios eram considerados parte integrante da Igreja, não havia um local específico para enterrar os mortos. Ser sepultado junto ao altar ou próximo às relíquias permitiria ao indivíduo rico granjear maior proteção divina. Assim, no mesmo local onde se situavam os cemitérios, ocorriam as reuniões públicas, as feiras, os comércios, as danças, os jogos, não era preciso separar os vivos dos mortos em sinal de respeito, existia uma maior familiaridade com os mortos, o que não significava declinar da ideia preconizada pela Igreja do cemitério como um local santo.

Com o agravamento das epidemias, no século XVIII começa um movimento de afastar os mortos dos vivos mediante a fixação dos cemitérios extramuros das cidades. No século XIX, os positivistas se contrapõem a essa prática e passam a defender como sendo incompreensível uma cidade sem cemitérios.

Elias (2001) é outro autor que permite uma retomada do tema em seus primórdios, em comparação com a contemporaneidade. O referido autor afirma que a tendência atual é a de se manter distante da morte, isto é, como algo que pode e deve ficar longe dos vivos o máximo possível, seja pelo acobertamento ou recalque da ideia de finitude, seja mediante a crença de que os seres humanos são imortais, ou seja, “os outros vão morrer, eu não”. Nos tempos atuais, não é incomum pessoas prevendo que vão viver por mais de cem anos ou mesmo em tom de brincadeira afirmando a sua imortalidade. Essa postura diante da morte é típica da época contemporânea, uma vez que, diferentemente do passado, não se configura como diversão assistir a enforcamentos em praças públicas, muito menos esquartejamentos e suplícios tais como eram exibidos nas arenas romanas. Elias (2001) afirma que, nas sociedades mais desenvolvidas, é certo que as pessoas estão mais solidárias, tendendo a se identificar mais com os demais seres humanos e se compadecendo da morte alheia. Embora, no meu entender, independentemente do “estágio” em que a sociedade se encontra, a morte como espetáculo ainda continue a mobilizar sentimentos mórbidos por parte de determinados públicos. Isso é perfeitamente perceptível quando da ocorrência de algum episódio dramático em local aberto, na rua, imediatamente é possível verificar uma aglomeração de transeuntes ao redor da vítima, muitas vezes impedindo o trabalho da polícia e da perícia. Não que essas pessoas não se emocionem, mas elas precisam ver o corpo, assistir aos procedimentos das autoridades, ou seja, assumir a condição de quem presencia um espetáculo macabro semelhante a um filme exibido nas telas dos cinemas.

A experiência da morte é vivenciada de forma diferente em cada sociedade, com distintos modos de enfrentamento e de ritualização. A expectativa de vida

das populações, que era bastante exígua, ampliou-se, e aí a noção da morte como uma possibilidade pessoal presente em curto espaço de tempo foi adiada para bem mais tarde.

Elias (2001) afirma que a morte foi recalçada sob dois âmbitos: o individual e o social. O recalque individual impõe uma distância dos moribundos como se a proximidade fosse causar uma ruptura das defesas elaboradas contra a ideia da própria morte. Sem contar a culpa que já é assinalada na versão bíblica de Adão e Eva, que foram punidos com a morte, uma vez que a condição que tinham no Paraíso antes do pecado era a de imortalidade. Por seu turno, o recalque social se dá com a morte ocupando os bastidores da vida social, ela é banida dos espaços públicos com a civilização.

Elias (2001) diverge da postura de Ariès (2000), que entende a morte no passado como mais calma e mais serena, sendo o moribundo acompanhado de perto pelos seus familiares, diferentemente do presente, em que a morte acontece de modo solitário. O autor suprarreferido considera que as evidências históricas trazidas por Ariès (2000) são analisadas de modo parcial, falar da morte com mais constância e de modo aberto, tal como ocorria na Idade Média, não significa necessariamente que a relação com a morte fosse mais calma e mais pacífica. Ao contrário, o domínio de determinado saber médico propicia uma maior tranquilidade nos dias de hoje, diferentemente da Idade Média, época em que as epidemias atingiam sociedades de forma devastadora sem a mínima possibilidade de contenção; sem falar na morte decorrente das guerras entre povos, algo que era a regra no passado. Hoje, as doenças transmissíveis ocorrem, a exemplo da gripe A que assolou o mundo em 2009, mas o desenvolvimento de vacinas se dá em uma velocidade maior, o que garante o controle da doença em um espaço de tempo menor e com ele a manutenção da vida é possibilitada.

O grande diferencial entre a morte no passado e no presente, para Elias (2001), é que, no passado, a morte tinha uma conotação mais social, as pessoas viviam mais juntas, viver e morrer fazia parte do dia a dia, poesias produzidas naquele período sobre a morte mostram a liberdade com que o tema era abordado. Hoje, a morte se dá em um contexto mais privatizado, menos público, a tal ponto que as crianças não podem participar de fatos que tenham a ver com a morte, algo que era comum no passado, quando elas compartilhavam com os adultos as cenas de morte. Elias (2001) afirma que não havia uma censura social sobre os temas ligados à morte. Falar em sepultura e nos detalhes inerentes ao que acontece com os seres humanos diante dessa situação, a exemplo da decomposição, era lugar-comum. Não havia restrições sobre o relatar acerca da putrefação dos corpos, nem mesmo às crianças, todos sabiam como ficavam os corpos e, portanto, era possível comentar sobre tais fatos com certa liberdade tanto na sociedade como na poesia.

As pessoas no presente se sentem constrangidas diante daqueles que sofreram a perda de um ente querido, os chavões usados nessas ocasiões parecem soar falsos, especialmente, para os mais jovens que entendem o uso de expressões gastas como algo mecânico, que não dá conta da emoção real a que estão submetidos.

É preciso que o sobrevivente controle publicamente as suas emoções, é vergonhoso falar da morte, é mórbido expressar a dor, é preciso agir como se nada tivesse acontecido, dando continuidade às relações sociais, ao trabalho, ao ócio, afinal o indivíduo sobrevivente tem por obrigação ser feliz a despeito da morte de alguém próximo. Só na intimidade é possível que ele se livre da máscara e dê vazão ao choro, posto que “a morte real vergonhosa e calada é, por sua vez, um dos traços estranhos, porém significativos de nosso tempo” (ARIÈS, 2000, p. 199). Então, cumpre ao indivíduo encontrar alternativas criativas que deixem visível a sua carga afetiva, mas sem extremos que possam implicar embaraços. A morte configura-se como o maior interdito da sociedade moderna, correspondendo a um tabu, diferentemente da Idade Média, em que consistia em algo que não produzia medo, posto que a convivência entre vivos e mortos fazia parte do cotidiano (ARIÈS, 2000). Existe na contemporaneidade a ideia de que o riso deve ser banido do espaço da morte, que, segundo Elias (2001, p. 40), denuncia “sintomas da tentativa semiconsciente dos vivos de distanciar-se dos mortos e de empurrar esse aspecto embaraçoso da animalidade humana para tão longe quanto possível atrás das cenas da vida normal”. Daí, inclusive, a necessidade de um falar em tom de voz mais baixo quando em visita a um cemitério, é preciso não perturbar a paz dos mortos, deixando-os recônditos em suas sepulturas, longe dos vivos.

Essa distância se faz necessária na medida em que os vivos sentem medo da morte (ARIÈS, 2000; ELIAS, 2001; BAUMAN, 2008). Na consciência dos vivos existe o temor advindo da morte. Bauman (2008) explica que o medo decorre da incerteza, do desconhecimento referente à ameaça e de não saber como lidar com a situação. Ao focar a atenção naquilo que pode realizar, o homem desvia o pensamento de coisas que acabam fazendo parte da sua vivência, mas sobre as quais ele não tem nenhuma ingerência, isso auxilia na manutenção da sua saúde mental, todavia não faz com que se sinta mais seguro (BAUMAN, 2008). Esse postulado pode servir para a compreensão da dificuldade, apontada por Ariès (2000), que médicos e enfermeiros têm de alertar ao paciente ou aos familiares que o fim está próximo, tal procedimento tenderia a deixá-los sem controle emocional no exercício de suas atividades, que têm por fim a cura.

Por mais que o ser humano diga estar preparado e ter consciência da sua finitude, ele nunca vai estar apto para lidar com essa realidade porque se trata da única coisa inconcebível de ser visualizada, é algo que ultrapassa a imaginação humana. O indivíduo não consegue se enxergar sob o prisma de que com

a morte nada lhe irá acontecer dali por diante, ou seja, ele não poderá mais ver, tocar, sentir odores, aproveitar ou se lastimar. Isso é de difícil compreensão para os vivos, extrapola todos os limites possíveis. É inimaginável a probabilidade de o ser humano não mais visualizar um mundo que não inclua o próprio indivíduo descortinando-o (BAUMAN, 2008).

Bauman (2008), assim como Elias (2001), afirma que só o homem tem consciência da inevitabilidade de sua morte. Elias (2001, p. 11) enfatizou: “na verdade não é a morte, mas o conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos”. E o problema decorre da certeza que o ser humano possui de que esse será o seu fim, a despeito de todos os avanços científicos na área da saúde, o “controle humano sobre a natureza tem limites” (ELIAS, 2001, p. 90). A forma encontrada muitas vezes para lidar com essa inevitabilidade é considerar a existência de outro mundo após a morte. Aqui cabe a diferenciação trabalhada por DaMatta (1987) sobre como as sociedades lidam com os mortos e com a morte. De acordo com os seus postulados, as sociedades individualistas tendem a classificar o falar constantemente sobre o morto como uma doença, algo patológico, já o discorrer sobre a morte é exaltado como positivo, tema relevante a merecer estudos, palestras, seminários. Por seu turno, as sociedades relacionais buscam enaltecer o morto, é dele que os membros de uma sociedade relacional falam e não da morte. É o caso da morte no Brasil, enfoque que será abordado no próximo item.

2.2 A MORTE NO BRASIL

No Brasil, por ser a sociedade relacional, é mantida a memória do morto, o que por si só já exclui a morte do panorama social. Os mortos são almas, espíritos que clamam por velas, orações, missas. As pessoas que morrem no Brasil vão para “outro mundo” e de lá estabelecem relações com os vivos ora pedindo velas, rezas, ora concedendo “graças” aos vivos. DaMatta (1987, p. 159) atesta:

Vivemos num universo onde os vivos têm relações permanentes com os mortos e onde as almas voltam sistematicamente para pedir e ajudar, para dar lições de humildade cristã aos vivos, mostrando sua assustadora realidade. Na nossa sociedade, os espíritos retornam assegurando a continuidade da vida mesmo depois da morte [...].

É preciso entender que o “outro mundo” configura-se como uma realidade social constituída por espíritos, fantasmas, anjos, almas e demônios, enfim, por mortos mediadores, onde o brasileiro deposita esperanças, desejos, vontades que ultrapassam o plano da vida terrena, garantindo o convívio com a eternidade. Os

mortos são preservados na memória dos vivos, na medida da importância que os primeiros assumem sob o ponto de vista relacional e afetivo dentro de um dado espectro societário. O morto no Brasil serve muitas vezes de guia para os vivos, é orientador e exemplaridade.

Então, no caso do Brasil, não é só a morte que impõe sua ordem no mundo ao apontar para a necessidade do ser humano de cultivar um propósito de vida, aproveitando os momentos vividos (BAUMAN, 2008), mas os mortos, em seus diálogos constantes com os vivos, também normatizam a vida em sociedade (DAMATTA, 1987). Ou seja, na sociedade brasileira, a identidade após a morte não se constrói só pelos feitos memoráveis realizados pelo indivíduo no âmbito terreno. As marcas deixadas na terra, por pessoas de prestígio ou não, serão computadas (BAUMAN, 2008), mas não são exclusivas, pois a alma ou o espírito ainda poderá realizar “boas ações” para os vivos de suas relações, e mesmo para aqueles não tão próximos que o procuram, mediante a troca de velas e rezas pela “graça” de ver o pedido atendido.

Mas, no contexto contemporâneo, algumas práticas extrapolam o âmbito local e assumem conotação mais ampla. Daí a importância de atentar para o enfrentamento da morte nas sociedades líquido-modernas, ou seja, nas sociedades em que as mudanças ocorrem em um tempo muito curto de modo a dificultar a adaptação de seus integrantes, tudo se torna obsoleto de maneira muito rápida (BAUMAN, 2009). É a abordagem a ser realizada no item a seguir.

2.3 O ENFRENTAMENTO DA MORTE NAS SOCIEDADES LÍQUIDO-MODERNAS

Estratagemas de ordem cultural costumam ser acionados nas sociedades líquido-modernas para fazer frente à morte. A marginalização é um desses modos de atuação. Essa forma de enfrentamento desatrela a noção de vida após a morte e a conquista de benesses de longo prazo no plano da imortalidade. Nessa ótica, o que vale é o aqui e o agora. Essa marginalização é operada pela via da desconstrução e da banalização (BAUMAN, 2008).

A desconstrução procura evidenciar a causa da morte sob o ponto de vista biológico, a categorização “de morte natural” não encontra mais credibilidade, é preciso investigar e estabelecer a razão detalhada da morte. Quando se sabe o que levou o indivíduo à morte, é possível prevenir essa finitude, mediante a prática de medidas educativas. Cabe aos sobreviventes adotar práticas que retardem a morte na medida em que as escolhas, agora sob responsabilidade do indivíduo, podem garantir a vida prolongada. O ser humano atua como alguém vigilante, que sabe da presença da morte, mas que a mantém sob controle em face de suas

escolhas. É a supremacia do individual, do homem responsável por sua saúde e doença, por sua vida ou sua morte e não mais decorrente do destino. A morte deve ocorrer por velhice, pois todas as outras maneiras de morrer vão contra a natureza, sendo desnecessárias (BELLATO; CARVALHO, 2005). A morte digerida em doses homeopáticas está por toda a parte, mas é possível vencer pequenas batalhas com procedimentos considerados corretos e, assim, ir driblando a finitude desde o nascimento. De acordo com Combinato e Queiroz (2006, p. 2), “para o homem ocidental moderno, a morte passou a ser sinônimo de fracasso, impotência e vergonha. Tenta-se vencê-la a qualquer custo e, quando tal êxito não é atingido, ela é escondida e negada”.

A banalização requer o convívio com a morte, uma familiaridade com esse evento, que por vezes ocorre com pessoas que são estranhas ao indivíduo e, portanto, não se tornam perdas irreparáveis, posto que o compartilhar da vida não foi próximo, todavia essa morte ajuda a lembrar acerca do fim a que todos os seres humanos estão sujeitos. A morte de alguém próximo é mais sentida e dá uma sensação de solidão. Mas as mortes vão sendo banalizadas de várias formas, representadas por inúmeras perdas de outras ordens presentes no cotidiano, o que faz com que essa frequência torne a morte familiar, constante, domesticada, tal qual um animalzinho de estimação (BAUMAN, 2008).

Bellato e Carvalho (2005, p. 5) chamam atenção para o modo como o homem contemporâneo “consome” a sua própria morte de forma paradoxal: ou ele assume a morte como se ela não existisse, exclui a morte do seu cotidiano; ou atribui a ela um significado técnico, ela é qualquer coisa “tão insignificante como necessária”.

De modo resumido, Bauman (2008, p. 69) apresenta as três estratégias fundamentais articuladas pelo homem para fazer frente à morte:

Examinemos brevemente as três estratégias essenciais destinadas a tornar possível que se viva com o conhecimento da iminência da morte. A primeira consiste em construir pontes entre a vida mortal e a eternidade – reclassificando a morte como um novo começo (dessa vez de uma vida *imortal*), em vez de o fim dos fins. A segunda estratégia consiste em mudar o foco de atenção (e preocupação!) da própria morte, como um evento universal e inescapável, para suas “causas” específicas, as quais deverão ser neutralizadas ou enfrentadas. E a terceira consiste em um “ensaio metafórico” diário da morte em sua verdade horripilante de fim “absoluto”, “derradeiro”, “irreparável” e “irreversível” – de modo que esse “fim”, tal como no caso dos modismos e tendências “retrô”, possa vir a ser encarado como bem menos absoluto; algo revogável e reversível, só mais um evento banal entre tantos outros.

Se a consciência e o enfrentamento da morte no contexto societário são percebidos da forma como foi explicitado nos parágrafos anteriores, cumpre verificar, de modo mais pontual, no próximo item, como esses aspectos estão sendo trabalhados e elaborados no espaço laboral, entre os profissionais que têm por dever atuar com a possibilidade da morte e do morrer em meio às suas atividades.

2.4 O TRABALHO COM A MORTE

Os estudos envolvendo o trabalho com a morte em sua grande maioria se concentram na área de saúde, especialmente, no trabalho de médicos e enfermeiros.

Os médicos são socializados em seus cursos para que se mantenham distantes, frios, neutros, alienados e indiferentes diante da morte como uma maneira de manter um bom desempenho profissional em face do não envolvimento com o sofrimento do outro e o seu próprio sofrimento (MARTA et al., 2009).

Todavia, parece que essa recomendação nos cursos de formação se apresenta inócua, uma vez que o artigo de Combinato e Queiroz (2006) faz menção ao contato frequente dos profissionais da área de saúde com a dor e com o sofrimento, com a morte e o morrer, fatores desencadeantes do estresse nesses profissionais, que acabam por ter a sua própria saúde abalada, com danos psicoemocionais, tentativas de suicídio, absenteísmo e *burnout*. Os autores referem, ainda, as altas taxas de suicídio entre os médicos no mundo todo.

Já a pesquisa elaborada por Brêtas, Oliveira e Yamaguti (2006) com os estudantes do primeiro ano do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo evidenciou que os ensinamentos, na universidade, vão ao encontro da cura, da vida, faltando no processo educacional maior atenção para com a morte e o morrer, algo inerente à atuação do profissional da saúde que, inúmeras vezes, ao ter ciência do estágio terminal em que se encontra o paciente, fica na expectativa de que a morte ocorra quando outro colega esteja de plantão e não durante a sua rotina.

Kovács (2005) propõe ações educacionais visando preparar os profissionais que lidam com a morte. Entre essas ações, destaca o desenvolvimento de várias abordagens teóricas sobre a morte, afora reflexões sobre suicídios, pessoas da mesma faixa etária dos profissionais da saúde, vítimas de acidentes de trânsito sendo por eles atendidas.

Portanto, é viável concluir que o medo da morte para o ser humano é um fato, seja no âmbito societário ou laboral. No caso dos servidores do Departamento de Criminalística, alia-se a esse medo a ameaça do mal, afinal, o trabalho desses servidores requer o convívio com a morte violenta, portanto a seguir tecerei breves reflexões sobre a violência.

2.5 O MEDO DA VIOLÊNCIA

Os homens contemporaneamente vêm enfrentando ações violentas provocadas de forma cruel, insensível, aleatória e imprevisível por outros homens, igualando-se a determinados fenômenos da natureza muitas vezes impossíveis de ser previamente detectados. Os males humanos são, portanto, inesperados (BAUMAN, 2008).

Balandier (1997) busca evidenciar, em seus estudos, que a violência possui duas faces, uma que se articula com a ordem e que consiste na violência mantida sob controle do Estado, das leis, e outra violência que extrapola os limites e tem um caráter destruidor. Para o referido autor, todas as sociedades possuem a violência como uma presença obrigatória, pois ela é inerente à existência coletiva. O que é relevante em termos de compreensão é que essa violência ora será controlada, ora vai escapar dos tentáculos daqueles que detêm o monopólio da violência, e é essa fuga que determina que

[...] a violência difusa (ou selvagem) – sempre há um maldito difuso (ou selvagem) capaz de se aliar à violência – é a mais temida; onipresente, variável, golpeia aparentemente por acaso, tomando a forma da fatalidade. Esta é a verdadeira violência (BALANDIER, 1997, p. 209-210).

Os homens, ao se preocuparem em estudar as causas da violência e seus modos de prevenção, denotam, na ótica de Balandier (1997), mais do que nunca, uma consciência acerca da violência que assola o mundo moderno. Nas palavras de Balandier (1997, p. 211):

A violência moderna está aí, com sua visibilidade aumentada. Mais visível, aparece em expansão, portanto, mais contagiosa, parece criar-se de si própria, multiplicar-se por metamorfoses. Ela se adivinha, se vê, se experimenta na rua, nos lugares públicos, nas estradas, e até no âmago da vida privada onde sua irrupção é temida.

O autor supramencionado entende que a polícia se situa entre a ordem e a desordem. O objeto de trabalho da polícia é a desordem, mas cabe à instituição policial a aplicação de mecanismos que garantam a ordem, isso muito mais numa ação repressiva do que proativa. A ordem para ser mantida requer o reconhecimento da legitimidade daqueles que detêm o poder de manter a ordem, na existência de hierarquias que asseguram o controle e a contenção da violência.

Contudo, nas sociedades modernas, individualistas e democráticas, tudo se torna incerto, as identidades se mostram instáveis, há um descontrole, os códigos e as referências se embaralham contribuindo para uma confusão.

É nesse contexto de medo da morte e medo da violência que o homem moderno se constrói e reconstrói, dia a dia, no universo social.

A seguir, o método e as técnicas que permitiram a consecução da pesquisa serão apresentados.

3 MÉTODO

Há que se fazer um relato da pesquisa ao longo dos anos. A pesquisa teve início em 2007 e se estende até o presente. No início, o estudo foi proposto como uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo por técnicas a observação simples e a realização de entrevistas em profundidade. Tal opção levou em conta os aspectos apontados na reunião realizada com o diretor-geral e a supervisora técnica do IGP sobre a exequibilidade de realização da pesquisa, ocasião em que certas limitações relativas ao acesso a determinados locais foram apresentadas. Dessa reunião saí com a autorização verbal para concretizar o estudo, e a troca de correspondências oficiais, entre o IGP e a unidade da universidade pública na qual sou docente, sela oficialmente a parceria.

Ainda faltava o contato com a diretora da Criminalística, o departamento do IGP que escolhi para investigar. Uma nova reunião, dessa vez entre a supervisora técnica, a diretora da Criminalística e eu. Nessa reunião, obtive a autorização da diretora do Departamento de Criminalística (DC), recebi a planilha com nomes, cargos e seções de todos os que trabalham no DC, e, ainda, a diretora assinalou aqueles que estavam afastados por doença, aposentados, cedidos. Combinamos que eu informaria aos pesquisados o objetivo da pesquisa cada vez que fizesse contato para agendar as entrevistas.

A diretora disponibilizou a sala do Desenho para a minha ocupação durante todas as manhãs. No período da tarde, seria preciso ver os dias em que o desenhista estaria viajando para ali eu me instalar. Realizei um total de 26 entrevistas nos anos de 2007 e 2009, optando por inquirir servidores com os mais diversos tempos de atuação, bem como lotados nos mais diferentes setores que integram o Departamento de Criminalística.

No início, em 2007, a técnica da observação simples foi uma das possibilidades de registro de dados. As observações realizadas durante as entrevistas ou mesmo sobre aspectos materiais acerca do local onde tem lugar parte das atividades profissionais dos entrevistados permitiram inferências *a posteriori*. Bravo (1976, p. 133) enfatiza que:

[...] a observação simples é a investigação e o estudo realizado pelo pesquisador, mediante o emprego de seus próprios sentidos, especialmente a visão, com ou sem ajuda de aparatos técnicos, das coisas e fatos de interesse social, tais como eles, tem lugar espontaneamente, no tempo em que acontecem e conforme com as exigências da pesquisa científica.

As observações foram registradas sob a forma de diários detalhados (GOODE; HATT, 1960), abrangendo inclusive fenômenos observados de maneira informal, perceptíveis na interação com os pesquisados durante todo o tempo em que estive em campo.

No início da pesquisa, precisava me identificar para os seguranças, mas, na quinta vez em campo, comecei a granjear um tratamento igual ao dos servidores do DC. Um dos seguranças diz: “Bom dia, bom trabalho!”, tal qual faz com todos que lá laboram. A chave da sala do Desenho, que durante doze visitas tive que solicitar para alguém, na décima terceira vez já era possível retirar do mural e deixar no mesmo lugar ao término da jornada. No dia seguinte a essa certa independência com relação à chave, tive a possibilidade de compartilhar a sala onde os papiloscopistas, motoristas, enfim, onde o pessoal do plantão se encontra e desse dia em diante pude conversar, tomar cafezinho, olhar televisão, receber informações sobre o trabalho de modo constante. Nesse momento, comecei a ter mais proximidade com as pessoas, a compartilhar as histórias e, depois de um tempo, ouvi a pergunta: “Vais para a tua sala?”. Ou, ainda, ser cobrada por permanecer na sala do plantão: “Não vais trabalhar hoje?”. Simultaneamente a essas alterações, sentia culpa quando não ia “trabalhar” no DC.

Convivi com os informantes dentro e fora do ambiente do DC. Essa proximidade com os pesquisados me permitiu sentir os efeitos da alteridade. No final de 2007, lembrei-me das palavras da diretora na primeira reunião, quando ela me alertava para o tipo de ambiente no qual estava me aventurando. Embora soubesse, e no começo achasse que permaneceria imparcial a tudo que ouvisse, ou mesmo visualizasse em fotografias ou desenhos, chegou um momento em que senti o que os meus pesquisados relatavam certa irritabilidade, um começo de depressão. Se, por um lado, isso me causava incômodo no âmbito pessoal, por outro, me dava a certeza de ter obtido uma imersão em campo, algo que dava ao trabalho uma profundidade para muito além daquilo que é propugnado em termos de um estudo de caso, me desconstruí em campo, consegui viver o mundo laboral do outro que investigava e refletia sobre a minha própria atividade profissional, no que poderia contribuir para auxiliar aqueles profissionais.

Essa proximidade acabou por transformar a pesquisa em um estudo de cunho etnográfico que consiste na

[...] presença contínua na aldeia, na cidade, no bairro [...] Esse contato próximo gera muito interesse, muita expectativa, gera compreensão e solidariedade, mas também, como todo relacionamento humano, exige confiança, compromisso, reciprocidade. Para que esse método não seja unicamente uma experiência pessoal (que, de qualquer modo vale a pena), mas resulte em dados e produza conhecimento, há que se portar com um certo distanciamento, buscar objetividade, pôr-se ao largo dos acontecimentos (GOMES, 2008, p. 57).

A observação participante aconteceu de forma ainda mais significativa quando fui convidada pela diretora do DC para participar de uma reunião com as psicólogas que buscavam identificar o perfil, para efeitos de processo seletivo, dos novos concursados. Nessa reunião, que contou com a presença da diretora do DC, da supervisora técnica do IGP e de dez psicólogas, foi-me dada a palavra pela diretora do DC para que eu, segundo ela mais isenta de paixões, pudesse narrar um pouco os meus achados de pesquisa. Também participei, de maio a junho de 2009, do módulo “Locais de crime contra a vida” (LCV1), módulo esse integrante do curso de formação de novos peritos (uma das etapas constitutivas do concurso público para ingresso no IGP), ministrado aos alunos que compunham a turma 2 (T2). Participei de uma reunião com outros órgãos que compõem o IGP para apresentar os resultados da pesquisa, de modo que ações visando à saúde mental dos trabalhadores possam ser implementadas.

Do início da pesquisa em 2007 até o presente, muitas situações formais e informais ficaram gravadas nos diários de campo elaborados desde a primeira ida ao DC.

A análise dos dados seguiu os ditames dos estudos etnográficos, mediante a interlocução entre os teóricos, as falas êmicas e a visão ética da pesquisadora. A partir desse diálogo, foi possível apreender as formas de enfrentamento da morte violenta por parte dos pesquisados diante dessa realidade laboral.

O contexto em que a pesquisa foi empreendida será apresentado na sequência.

4 O DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA

O Departamento de Criminalística efetua perícias baseadas em conhecimentos científicos. A administração é feita pela diretora e por dois chefes de divisão. A diretora é responsável pela administração geral, o chefe da Divisão de Perícias da Capital é responsável por todos os tipos de perícias realizadas na área metropolitana e o chefe da Divisão de Perícias do Interior tem a competência similar relativa aos Postos de Criminalística do Interior do Estado. Integram o Departamento as seções de: Balística Forense; Química Legal (com os setores de Exame Pericial em

Numeração Identificadora de Armas de Fogo – Epniaf, Exame Pericial em Numeração Identificadora de Veículos Automotores – Epniva, Residuográfico); Informática; Fotografia; Acústica Forense; Perícias Diversas; Levantamento de Locais; Papiloscopia; Engenharia-Legal (com os setores de Incêndios, Explosões e Desabamentos, de Acidentes de Trânsito, de Perícias Mecânicas Internas e Externas; de Perícias Elétricas Internas e Externas); Perícias Ambientais; Documentoscopia Forense; Apoio Administrativo; Divisão de Perícias Interior.

Nos itens que se seguem, a morte na vivência laboral dos peritos que integram o DC passa a ser analisada.

5 CONVIVENDO COM A MORTE NO ESPAÇO LABORAL

5.1 A CRENÇA NO “OUTRO MUNDO”

DaMatta (1987) mostra, em seus estudos, a presença, no universo cultural brasileiro, da ideia de um “outro mundo” onde ficam as almas, os espíritos, os anjos. No Departamento de Criminalística, esse “outro mundo” aparece na fala de alguns servidores. Essas almas causam espanto e medo, afinal, quando vivos foram vítimas de ações impetradas por outrem que os levaram à morte ou os próprios “fantasmas” acabaram com suas vidas mediante o suicídio. Dois relatos parecem emblemáticos dessa visão do “outro mundo”. Uma narrativa mostra o desconforto do suicida para com as fotos elaboradas pelo fotógrafo criminal.

[...] depois de um tempo, eu trabalhei no plantão e trabalhei em outras atividades, não foi só atendendo locais de morte, agora eu tô fazendo isso também, né? [...] Eu trabalhei algum tempo atrás, tava uns três ou quatro anos. [...] eu fui, aqui perto até, que uma pessoa de idade se enforcou. Tava lá pendurado. Eu fiz as fotos, depois eu vim pra cá, e naquela época a gente fazia foto preto e branco e tinha que fazer no laboratório aquela, e como tu saía às oito horas e se tu fosse depois das oito pro laboratório, tu ia ficar até o meio-dia fazendo as fotos. Então se tivesse um tempo livre, na madrugada, tu ia pro laboratório, foi o que aconteceu. Lá pela meia-noite, por aí, fui pro laboratório fazer a foto, revelar o filme, depois secar, passar pro papel e, só que à noite, de madrugada, deu silêncio total, né? E a gente trabalha no escuro no laboratório, pra fazer essas fotos, tu trabalha com a luz vermelhinha só no escuro, né? E de repente, eu tinha a impressão, tava ali, tinha a impressão que tinha alguém atrás de mim e eu senti a presença de uma pessoa e não tinha ninguém, não é? Aí me dava a ideia que era o cara lá que veio saber porque eu tava fotografando, que ele não gostou que eu fotografasse ele falecido (Entrevistado F).

O “fantasma da Balística” consiste em um relato de uma perita que, na condição de docente, apresentou, em uma das aulas do módulo “Local de crime contra a vida”, o caso para os novos ingressantes. No dizer da docente, em uma sexta-feira, dia em que ocorria a festa do DC de final de ano, ela estava de plantão e, portanto, no Departamento. Num dado momento, ouviu tiros que vinham do setor de Balística e acreditou ser um perito que costumava ficar por lá executando seu trabalho. Ao sair da sala onde ela se encontrava, depara-se com o referido perito chegando ao DC, ou seja, ele ainda não iniciara o seu turno de trabalho, estando o departamento vazio, sem ninguém no setor naquele momento, daí a história do “fantasma da Balística”.

Em 2009, numa conversa com os peritos do plantão, surge a preocupação referente à impossibilidade de os peritos, no exercício de suas atividades em local de crime, cumprimentarem as pessoas ligadas às vítimas, ou seja, familiares e amigos, com um “bom dia”, “boa tarde”, pois, diante da tragédia, não há como alguém ter um bom dia ou uma boa tarde. Esse assunto se estende para a mudança da sociedade com relação à morte, apontando para o fato de que as pessoas hoje têm uma atitude menos dramática nos velórios, e, nesse momento, o perito conta uma piada que remete à relação com o “outro mundo”, trazendo o riso para mais perto da morte (aspecto que será abordado em outro item). Do diário de campo, retirei o trecho que contempla a piada:

O perito conta uma piada sobre dois amigos que jogavam futebol juntos e que combinaram de contar um para o outro como era depois da morte. Aí um deles morre e vem avisar o outro que tem futebol no céu e que ele já havia escalado o amigo para o próximo final de semana. Rimos (Diário de campo, 7.4.2009).

Os relatos e a piada evidenciam como, na sociedade brasileira, a presença dos mortos entre os vivos é forte, ora os mortos falando com os vivos, registrando seu desconforto com alguma ação deles, ora simplesmente dando indícios de sua presença no local de trabalho dos vivos. Ainda tem-se a inserção dessa noção de “outro mundo” na cultura sendo marcada por meio de piadas que remetem ao diálogo dos integrantes desse mundo com o “outro mundo”.

Todavia, Ariès (2000) traz elementos históricos em sua obra que mostram ser a ligação da morte com o sobrenatural algo que vem se configurando ao longo da história. Em pleno século XVII, certos ruídos vindos da tumba de um papa eram prenúncios da morte eminente de outro papa; além disso, acontecimentos ligados a sepulturas das bruxas eram decodificados como presságios de epidemias. Portanto, é possível analisar que, por ser um enigma para o ser humano, a morte acaba por ser atrelada ao sobrenatural seja no passado, seja no presente.

5.2 A DESCONSTRUÇÃO DA MORTE PELA ÊNFASE NO MÉTODO E NA TÉCNICA

A explicitação do que vem a ser o trabalho da perícia e quais técnicas são utilizadas na consecução das atividades costumam ser tema em obras clássicas, como a de Locard (1939), e mais recentes, como a de Silveyra (2006). A obra de Locard (1939) denomina-se *A investigação criminal e os métodos científicos* e o livro de Silveyra (2006) intitula-se *Investigación científica del delito: la escena del crimen*. Neste último trabalho, a perícia é atrelada ao fazer científico, quando Silveyra (2006, p. 25) aponta para a possibilidade de que ocorra “um estudo sistemático e científico do fato [...]”. Um acróstico deixa evidente aquilo que Silveyra (2006, p. 25) entende como levar a cabo estudos de uma forma ordenada:

Científico
Riguroso
Integro
Metódico
Imparcial
Narrativo
Analítico
Lento
Imediato
Sistemático
Técnico
Inteligível
Concreto
Objetivo

Cada um desses termos é explicitado pelo referido autor. Escolhi três para mostrar a ênfase no aspecto científico. O primeiro termo do acróstico é científico e com ele o autor refere que os peritos devem atuar segundo os ditames de cada uma das ciências aplicadas, procurando fatos passíveis de demonstração, que admitem princípios e consequências. O termo metódico é explicitado como a forma de atuar que vai do geral ao particular, seguindo um caminho sempre igual. O vocábulo técnico remete à noção de que o trabalho se baseia nas técnicas específicas que são recomendadas para detectar, revelar, perpetuar e coletar evidências. Os demais termos (que não apresentei) também evidenciam uma forte proximidade com os ditames do fazer científico.

Locard (1939) entende que o trabalho da criminalística não se constitui em ciência, posto que esta última é sempre geral. Para o autor, a criminalística é uma arte que se utiliza da técnica da investigação criminal. Por seu turno, a investigação criminal possui um método como as ciências em que se baseia, para o referido autor “é dos métodos dessas ciências que participará a arte resultante. [...] a polícia técnica vai buscar os seus elementos: observação, hipótese, experiência e raciocínio” (LOCARD, 1939, p. 249-250).

Em Brasil Profissões (2009), a definição dada ao trabalho do perito é a seguinte:

O perito criminal é um servidor público, a serviço da justiça, que realiza a análise crítica e científica dos locais onde ocorreram crimes. O perito é responsável por localizar as provas técnicas, e analisar os vestígios dos delitos. As provas técnicas são muito importantes em um processo, não sendo descartadas mesmo quando o réu é confesso [...].

Na disciplina “Local de crime contra a vida”, do curso de formação dos novos peritos ingressantes, foi abordada a temática metodologia e vestígios. Nessa ocasião, foi dito aos neófitos que:

Através da análise criteriosa dos vestígios no local do crime são formuladas hipóteses baseadas no conhecimento científico. Segundo a lógica, uma conclusão só é verdadeira quando todas as premissas são verdadeiras. As premissas devem ser elaboradas no conhecimento científico. Se as premissas são irrefutáveis, a conclusão do laudo pericial também será irrefutável. Os peritos devem adotar os princípios do método científico, baseados nos conhecimentos técnico-científicos (KUSER, 2009, p. 2).

Essa ênfase nos aspectos científicos da profissão vai servir ao longo da atuação dos servidores como forma de enfrentar a morte. O trabalho será encarado sob a ótica do fazer científico, e o corpo e os vestígios como o material que possibilita “a busca pela verdade”.

Assim, a morte violenta será desconstruída pela ênfase na ciência, na técnica.

Tem que ter dedicação, estudar sempre e tem que ter muita responsabilidade, tem que saber que a gente está com a liberdade de uma pessoa nas mãos. Isso é o importante. E ter humildade, que eu acho que é a principal característica. Duas características, o perito, ele tem que ser um pouquinho obsessivo, ele tem

que ter um traço dessa característica na personalidade dele e tem que ser humilde. Porque ele erra, ele é passível de erro, então, se ele tiver dúvida, ele tem que ir no colega, tem que discutir e na dúvida, na dúvida mesmo que todos fiquem, não se posiciona, porque a assinatura de um perito, eu acho, e eu cada vez me convenço mais é uma coisa meio definitiva, né? Porque o juiz, como ele tecnicamente ele é um leigo, ele vai confiar em nós. Principalmente, no crime, então, porque as penas são maiores, né? E nós lidamos com todas as ciências, o que puder nos ajudar vem. Nós aplicamos os nossos conhecimentos de todas, né? E como também nós não temos o domínio de todas, então, seja na área que tu estiveres, tu tens que buscar, né? Buscar subsídios (Entrevistada A).

Ao longo da estada em campo e nas entrevistas, várias características consideradas relevantes, para quem atua no meio científico, foram mencionadas como necessárias ao fazer cotidiano dos peritos, a exemplo da humildade, do estudar muito, da busca pela verdade “doa a quem doer” (fala êmica).

Aqui se verifica o paradoxo apontado por Bellato e Carvalho (2005, p. 5) sobre uma das maneiras como o homem contemporâneo “consume” a sua própria morte, qual seja, atribuindo a ela um significado técnico, ela é qualquer coisa “tão insignificante como necessária”.

5.3 A BANALIZAÇÃO PELA FAMILIARIDADE

A Entrevistada A revelou que, a despeito de não gostar de ver morto, de ir a velórios, no caso de acidentes não costuma olhar o cadáver, diz que, no exercício de suas funções, quando está com o avental do DC, ela olha para o cadáver como quem olha para uma arma, um projétil, um documento, pois está em serviço. Onde é possível concluir que o vestir o avental determina um papel em que a significação dada ao trabalho remete a uma relação diferenciada diante do corpo daquele ser humano, ele deixa de ser uma pessoa e passa a ser uma peça de um crime que precisa ser analisada com base nos pressupostos da ciência e da técnica.

O que costuma nos abalar mais é local. Às vezes, a pessoa tá numa situação assim, o corpo tá numa situação terrível, né? Tiro na cabeça com espingarda, por exemplo, é uma coisa horrorosa, cérebro pra tudo que é lado, né? E o pior é que tu tem que pesquisar, né? Às vezes o cheiro também, quando faz muitos dias e tal. Mas olha, sinceramente, eu não sei, até não sei se isso é alguma barreira que a gente forma, né? Que não chega assim a me tirar o sono nunca, chega a me tirar o sono ou me deixar assim com um problema qualquer, não (Entrevistada A).

A justificativa para a banalização é racionalizada da seguinte maneira:

Se o perito for se emocionar com cada situação, ele não vai trabalhar. Eu sei que, se eu pegar uma criança dilacerada no chão, isso aí vai, vai mexer comigo, né? Mas, quando eu chego ao local, eu esqueço disso, pra poder trabalhar, senão ninguém trabalha (Entrevistado G).

O Entrevistado C fez menção à imagem que ele faz do cadáver como sendo a de um “boneco”. Por sua vez, o Entrevistado P referiu que, após trinta anos de atuação profissional, “nem fico mais abalado”.

Ao olhar o corpo como um “boneco” ou como um “objeto”, o perito banaliza a realidade com a qual tem que conviver como forma de torná-la suportável. Ele precisa executar o trabalho e, para tanto, busca por meio da familiaridade tornar essa atuação menos traumática. Assim, o perito evita ver a morte de outrem como um espelho que reflete a sua própria finitude. Porém, para determinados profissionais, a consciência dessa banalização causa espanto e a necessidade de se afastar da atividade ligada ao plantão.

Teve um crime dum padre. Mataram um padre em uma comunidade aqui perto e eu nunca vi, acho que ele era a pessoa mais querida da comunidade, porque era um povo na volta assim, todo mundo rezando, rezando, rezando, aquela coisa e nós fomos pra fazer o local, e, quando eu me dei conta, eu pulava por cima do padre, sabe? Que era um local cheio de barro, era de difícil acesso, e eu pulava por cima do corpo do padre e voltava e pulava para poder fazer as medidas. Quando eu me dei conta, eu digo: mas o que que é isso? Falta de respeito. Eu achava assim um horror, falta de respeito total, as pessoas ali rezando, sabe? E eu pulando por cima do padre, do corpo do padre. Digo, nada mais me abala, assim, né? Aquilo ali pra mim era uma pessoa morta ali, pra mim se fosse uma pedra seria a mesma coisa. Daí, digo, não acho que tô ficando fria demais, sabe? Acho que tá na hora de dar uma parada, sair desse local de rua assim, porque sinceramente eu não sei como é que o pessoal do plantão suporta tantos anos assim, porque tu vê coisas horrorosas, né? (Entrevistada N).

Há aqueles que encontram dificuldade em banalizar a morte ao perceberem que a vítima poderia ser um familiar, especialmente um filho ou uma filha. Os peritos em suas falas, constantemente, referem que, ao verem uma vítima que apresenta semelhanças físicas com um filho ou uma filha, se sentem impelidos a telefonar ou mesmo ir para as suas casas com o objetivo de perscrutar se as

crianças ou os jovens estão bem, se nenhum mal lhes acometeu. Esses dados vão ao encontro das teorizações de Bauman (2008) no que diz respeito ao grau de proximidade com o morto. A morte de um desconhecido serve para lembrar da finitude humana, todavia, quando ocorre com alguém próximo, acarreta um sentimento de tristeza, de solidão.

Não só a própria morte é visualizada em uma situação de atendimento a local de crime, também a morte de entes queridos passa a ser percebida como uma possível ameaça diária que precisa ser superada com naturalidade, embora nem sempre isso seja viável.

Por fim, a certeza e a banalização da morte podem ter como estratégia o enaltecimento da vida:

[...] essa coisa da vida também é tênue, né? Quem nunca viu alguém morrer, nunca viu alguém morto, não vê como isso é comum, é frágil, então, muitos, tu trabalha com a fragilidade da vida, tu dá mais valor a vida. Pra mim foi isso (Entrevistado H).

A consciência da morte traz sofrimento. Embora seja perceptível o esforço empreendido por esses profissionais para superar essa consciência da morte violenta mediante uma “familiaridade ou prestatividade para lidar com o crime” (Entrevistado H), ainda assim a morte configura-se como algo a ser banido do convívio, para a qual o ser humano não está preparado (BAUMAN, 2008) em face da incerteza, da insegurança. Aliada a essa consciência e esse medo da morte, o servidor se defronta com o medo da violência “onipresente, variável, golpeia aparentemente por acaso, tomando a forma da fatalidade. Esta é a verdadeira violência” (BALANDIER, 1997, p. 210). O servidor se vê como suscetível à morte e à violência. No processo de desconstrução da morte (BAUMAN, 2008), o servidor do DC se utiliza da estratégia da banalização ao ver a vítima como “objeto”, assim procedendo ele busca as causas da ação criminosa, que de certo modo viabilizará, ao ser descoberta, subsídios para uma provável prevenção, tais quais as ações no âmbito da saúde, em que, uma vez diagnosticadas as causas da morte, procedimentos de cunho preventivo deverão ser adotados pelo indivíduo. Ciente das causas da morte violenta, cabe ao indivíduo evitar situações que o coloquem em situação de risco.

A banalização e a desconstrução podem se dar por outra via. Certa ocasião em campo, obtive da diretora do DC o seguinte depoimento “Ninguém está aqui por acaso”. Nesse dia, o diálogo tinha por foco o fato de que alguns peritos, antes de ingressarem no Departamento, haviam passado por situações dramáticas no âmbito pessoal. A diretora lembrou-se de uma reunião com uma perita que em

certa ocasião a procurou dizendo não se achar em condições para realizar o trabalho no Departamento, especialmente quando o local a ser atendido fosse de vítimas de suicídio, isso porque seu pai havia se suicidado. Ao longo da minha estada em campo, fiquei sabendo do suicídio da esposa de um perito, de tentativas de suicídio por parte de outros servidores. Enfim, as pessoas parecem buscar um enfrentamento das vivências pessoais trágicas nesse ambiente laboral. Lidando com a morte, no dia a dia, esses servidores procuram elaborar o drama, desconstruindo, banalizando a morte para vencer o medo.

5.4 O RETORNO DO RISO PARA PERTO DA MORTE, MAS COM OUTRO SIGNIFICADO

Elias (2001) aponta para a ausência do riso quando o ser humano contemporâneo está diante de situações em que a morte se faz presente, como uma forma de mantê-la distante. No caso dos servidores do DC, a morte e o riso muitas vezes estão próximos, essa proximidade parece ser tão mais forte quanto maior for o tempo de atuação profissional. A banalização pela familiaridade leva à utilização do riso como uma alternativa para a superação dos medos. Casos são relatados com ênfase para os aspectos cômicos, embora, no cerne das falas, esteja o defrontar-se com a morte e a violência.

Local na Lomba do Pinheiro. A gente foi atender [...]. Começa o seguinte, é, era um local onde tinham matado um gauderinho lá, o cara tava todo pilchado. Aí nós chegamos no local, tinha um bebum que tava sentado na cama, tava dormindo na cama que o morto tava do lado. Ele nem sabia o que tava acontecendo. (risos) Quando ele viu a gente lá, o cara levantou, não sabia o que tava acontecendo, né? Aí, o pessoal perguntou pra ele: escuta mas o que tu faz aí? Né?, pois é, eu tô aqui, não sei o quê. Vem cá tu não viu o morto? Não. (risos) Ele nem viu que tinham matado o sujeito, tava tão bêbado. Mas, depois continuando a perícia. O local era uma casinha, devia de ter uns quatro metros quadrados, eu acho, se muito. Daí o fotógrafo foi bater as fotos de um orifício que tinha na parede. Daí ele bateu pelo lado de dentro, né?, era uma escuridão desgraçada o local. Bateu pelo lado de dentro e foi fazer a foto pelo outro lado. Quando foi fazer a foto pelo outro lado, encontrou os caras que tinham matado o sujeito, que tavam espiando o perito pelos buraquinhos da parede, né?. Daí, a polícia tava lá, prenderam os caras, né?. Daí a gente terminou a perícia. Quando nós estávamos saindo, a casa era assim no meio de um matinho, né?, e aí tinha um, tinha uma, uma trilha pra gente subir até a estrada, tinha uns duzentos metros de trilha e aí era de noite, uma noite escura assim, meio que chovendo ainda, era um barro só, né?. Aí a

gente terminou a perícia e subimos até a estrada, onde tavam as viaturas, né?. Nós, aí, nesse meio tempo, o pessoal, que era parente da vítima, estava nos aguardando lá na saída para a estrada, revoltados com os assassinos do parente deles, né?, mas estavam todos bêbados também, né?. Tava aquela algazarra, esse filho da puta, e aí a gente passou, né?, eu me recordo que passou o fotógrafo, passou o papi, eu passei, daí passou os outros policiais e o sujeito vinha atrás, o sujeito esse que tinham prendido lá embaixo, vinha atrás dos policiais e o delegado vinha atrás deles. Daí um dos parentes da vítima deu uma cuspada no autor e pegou no delegado. (risos) Bah! Daí foi uma confusão, o delegado já prendeu os caras, foi um rolo. O local foi assim cômico.

Nós tínhamos um colega aqui, o apelido dele era Hiena, era o fotógrafo, ele quando começava a ficar nervoso, ele começava a rir e eu fiquei no plantão e ele já tava rindo, então, chegava pra ele: “te acalma”, a gente vai entrar na casa de uma família e, então, não começa a rir da situação. Então, ocorreu um caso de uma menina, uma professora de inglês, que um cara assaltou e degolou a menina e escondeu num mato atrás da Fapa e depois esse rapaz foi preso e nós fomos chamados na delegacia, aqui atrás do pronto-socorro e acompanhamos, a gente se deslocou até lá. Saímos da delegacia e fomos até o local, e, na época aqui a gente tinha muito problema, na época e até agora a gente tem que comprar as coisas, iluminação e era de noite e o nosso motorista saiu com uma bateria de fotógrafo e um farolete, deixa comigo que vou iluminar e coisa e tal. Na entrada do mato, ele escorregou num toco e caiu dentro d’água com a bateria e tudo e já ficou brabo, já voltou para o carro e o fotógrafo começou a rir, começou a rir, começou a rir começou a rir e tá, não podemos chegar lá, tá o pai e a mãe dessa menina, tá a imprensa, não pode chegar rindo, né? Fiquei esperando até que ele se acalmasse, ele levou bastante tempo para se acalmar. Resumo, quando nós chegamos lá no local já estava todo mundo lá, e como o corpo estava colocado embaixo de um maricá, um dos policiais com o facão começou a cortar e eu peguei o farolete para iluminar e o policial no cortar e tal me deu com o facão no farolete e aí eu já gritei e ele começou a rir de novo. E ria, e eu para com isso que não pode. Bom parou e tudo. Eu botei a máscara e fui para baixo, tinha que entrar embaixo do maricá sem levantar e comecei a examinar e o delegado queria ver de perto, me tirou a máscara, que tava cheirando, né?, olhou, olhou e me devolveu a máscara. Na hora de botar a máscara, eu fechei em cima e fechei com um galho, eu não vi, e cada vez que eu chegava perto do corpo o galho vinha junto e todo mundo caiu na risada e o Hiena também largou a máquina, não queria mais fotografar, e aí quem fez bobagem fui eu, também no escuro (Entrevistado I).

A narrativa do Entrevistado O também é feita em tom de “piada”. Relembra o perito a história de um colega que foi atender a um local onde um ladrão que costumava escalar prédios para roubar acabou por despencar de uma edificação. O colega examinou o corpo da vítima e viu que o homem portava um abrigo com as inscrições: “abrigo anti-quedas”. Segundo o narrador, foi engraçado porque o equipamento de proteção do ladrão não deu certo, não evitou a queda.

O Entrevistado B relembra uma cena de humor negro da qual ele participou como perito. O local foi um acidente de trânsito ocorrido na BR 290. O motorista teve a cabeça decepada, mas o rosto encontrava-se intacto. Ao atender ao local de acidente, é preciso fotografar o rosto, o cadáver, para identificação. Para fotografar a cabeça nesse caso, havia o problema decorrente do fato de ela estar solta e cair. O perito contou que pegou a língua e ajeitou para que a cabeça ficasse em pé. Como é costume nessas circunstâncias, os caminhoneiros estacionam seus veículos e descem para tomar ciência do ocorrido. Os caminhoneiros levaram um susto porque a cabeça se mexeu, caiu.

Esses exemplos mostram a tentativa dos servidores de lidar com situações de morte violenta como algo em que tristeza e riso dividem o tempo e o espaço da atividade laboral, é a morte e a vida se aproximando, mas o significado desse riso é muito mais que um mecanismo de defesa para vencer o medo do que uma convivência com a morte tal qual no passado da humanidade.

6 O MEDO DUPLICADO: MORTE E VIOLÊNCIA

A morte foi banida das conversas e do convívio diário, assim, os profissionais que precisam lidar com a morte são proibidos de falar sobre ela. Estudos na área da saúde mostram que entre os médicos o número de suicídios é bastante alto no mundo todo e que os transtornos de ordem psíquica também. No caso do DC, a morte não é a única desencadeadora de transtornos, a violência está inserida simultaneamente nesse espaço laboral. A afirmação êmica de que “os nossos mortos não são bonitinhos” deixa à mostra que não se trata de uma morte qualquer e que também o morto não foi maquiado e se encontra em uma situação de ritualização como a que ocorre em um velório, onde os serviços fúnebres já foram realizados para dar ao morto uma aparência de vivo (ARIÈS, 2000). A morte com a qual os servidores do DC se defrontam é a marcada pelos atos de crueldade.

O medo da morte se associa ao medo da violência, ao risco que o próprio servidor corre no exercício de suas funções, a exemplo da fala do Entrevistado H:

[...] Quando tu trabalha com uma situação-limite, aquilo tem um valor maior, porque a distância ainda é maior, tu conhece os, os extremos, parece que fica maior, né? Porque quando tu não convive com o crime, não convive com uma atividade de risco, tu tem uma, vamos dizer assim, a tua vida, a tua vida, as variações são menores, no momento em que, em que tu te aproxima de atividade de risco, tu vê como é variável, e como é tênue [...].

Essa fala vai ao encontro dos postulados de Bauman (2008) no que concerne à imposição da ordem no mundo, pela morte, mediante a evidência da necessidade do ser humano de cultivar um propósito de vida, desfrutando os momentos vividos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou elucidar as estratégias de enfrentamento da morte no contexto contemporâneo, em especial, entre aqueles que têm por atividade profissional o trabalho com a morte violenta. O enfrentamento da consciência da morte e da violência pelos servidores do DC se dá pela ênfase no “outro mundo”, das almas, dos fantasmas; pela desconstrução, ao descobrir as causas da morte violenta através da busca pela verdade, mediante a utilização do método e das técnicas científicas; pela banalização, em que o corpo da vítima é visto como um “objeto” ou um “boneco”; por meio do riso, do humor negro; diante do enfrentamento de uma morte violenta no âmbito pessoal e o exercício profissional que exige do indivíduo o ficar frente a frente com essa realidade.

Balandier (1997) afirmou que a polícia trabalha com a desordem. Essa observação serve para o trabalho realizado no Departamento de Criminalística, a desordem é o objeto do trabalho pericial, mas ao perito é conferida fé pública para auxiliar na busca da verdade e na consecução da ordem. Todavia, essa atividade não ocorre impunemente, danos à saúde mental ocorrem: estresse, transtornos psíquicos, suicídios.

As organizações inseridas no mundo líquido-moderno (BAUMAN, 2008) agem como se o trabalhar com a morte fosse um problema de cada servidor, que deve atentar para a sua saúde mental e procurar auxílio médico quando julgar necessário.

Momentos e espaços em que os servidores possam trocar ideias sobre as suas vivências inexistem. Outro ponto extremamente relevante é a preparação dos servidores ingressantes para lidar com a morte violenta. Os trabalhos de Marta et al. (2009), Combinato e Queiroz (2006) e Brêtas, Oliveira e Yamaguti (2006)

mostram que os sujeitos por eles pesquisados não foram educados para lidar com a morte no âmbito do trabalho, e a mesma situação foi detectada junto aos servidores do DC. A proposição de Kovács (2005) sobre ações educacionais visando preparar os profissionais que lidam com a morte, como o desenvolvimento de várias abordagens teóricas sobre a morte, afora reflexões sobre suicídios, pessoas da mesma faixa etária dos profissionais, vítimas de acidentes de trânsito, sendo por eles atendidas, aplica-se ao Departamento de Criminalística. A oferta de disciplinas que tratem da morte e da violência, numa perspectiva das ciências humanas e sociais, nos cursos de formação de peritos e, também, em cursos de formação continuada, pode contribuir para uma redução dos danos à saúde desses servidores.

A contribuição dessa pesquisa para os estudos organizacionais consiste em chamar a atenção para uma temática pouco abordada na área, bem como enfatizar a relevância de as organizações encontrarem mecanismos de auxílio àqueles que têm por profissão o convívio com a morte e com a violência. Se, no âmbito societário, esses assuntos são afastados das conversas, pelo menos no ambiente de atuação profissional permeado por esses temas é preciso ter nichos para que os servidores possam extravasar as emoções contidas.

Em termos de método, cumpre ainda destacar que a etnografia permite a desconstrução do próprio pesquisador, e, dessa maneira, vi-me como alguém que também procurou o enfrentamento de uma situação de morte violenta, ao ter por vítima uma pessoa próxima, mediante o engajamento nesta pesquisa. A etnografia permite que, ao olhar o “outro”, seja possível refletir sobre a realidade do pesquisador, suas experiências, os significados de suas escolhas em termos de investigação. Daí talvez um viés presente neste artigo a ser considerado pelo leitor.

WAYS OF COPING WITH VIOLENT DEATH: THE WORK OF PROFESSIONALS OF THE CRIMINALISTICS DEPARTMENT OF THE GENERAL FORENSICS INSTITUTE OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

Aiming to understand the ways of coping with a daily routine that involves the professional familiarity with violent death, I developed an ethnographic research, from 2007 to 2010, at the Criminalistics Department (CD) of the General Forensics Institute (GFI) of Rio Grande do Sul. Interviews and simple and participant observation were the techniques selected for data collection, as the analysis

of field findings follows the guidelines of ethnographic studies approaching the interlocutions among the emic view, the etic view, and the theoreticians referred. The theoretical framework on death is supported by the studies of DaMatta (1987), Ariès (2000), Elias (2001), and Bauman (2008). Elias (2001) claims that death in contemporary times has been concealed in two spheres: the individual and the social ones. The individual concealment imposes a distancing from the dying people, as the social concealment deals with death as being part of the social life's backstage. In the case of the CD professionals, coping with the conscience of death and violence involves an emphasis on the afterlife, the world of the souls; through deconstruction, uncovering the causes of violent death via the search for truth, using scientific methods and techniques; through trivialization, where the victim's body is seen as an "object" or a "doll"; through laughter, black humour; coping with a violent death in the personal sphere through the professional performance that demands the person to be face to face with this reality. The works of Marta et al. (2009), Combinato and Queiroz (2006), and Brêtas, Oliveira, and Yanagutu (2006) show that the subjects they investigated have not been trained to deal with death in the work sphere, and the same situation has been found among the CD professionals, being Kovács's educational proposition (2005) applicable to the case concerned. The contribution of this research to organizational studies consists in calling attention to a topic that is little discussed in the area, as well as emphasizing how important it is for the organizations to find supporting mechanisms for those who deal with violent death as a professional daily routine.

KEYWORDS

Death; Violence; Fear; Forensics; Ethnography.

MODOS DE ENFRENTAMIENTO DE LA MUERTE VIOLENTA: LA ACTUACIÓN DE LOS SERVIDORES DEL DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA DEL INSTITUTO GENERAL DE PERITAJE DE RIO GRANDE DO SUL

RESUMEN

Con el objetivo de comprender los modos de enfrentamiento de un hacer diario que envuelve el convivio profesional con la muerte violenta es que hice una

investigación de cuño etnográfico, desde 2007 hasta 2010, en el Departamento de Criminalística (DC) del Instituto General de Peritaje (IGP) de Rio Grande do Sul. Entrevistas, observación simple y participante corresponden a las técnicas escogidas para la obtención de los datos, siendo que el análisis de los encontrados de campo siguió los dictámenes de los estudios etnográficos al prestar atención para las interlocuciones entre la visión émica, la visión ética y los teóricos referenciados. La sustentación teórica sobre la muerte encuentra respaldo en los estudios de DaMatta (1987), Ariès (2000), Elias (2001) y Bauman (2008). Elias (2001) afirma que la muerte en la contemporaneidad fue recalcada sob dos àmbitos: el individual y el social. El recalque individual impone una distancia de los moribundos, mientras el recalque social ocurre con la muerte ocupando los bastidores de la vida social. En el caso de los servidores del DC, el enfrentamiento de la conciencia de la muerte y de la violencia se da por el énfasis en el “otro mundo”, lo de las almas; por la deconstrucción, al descubrir las causas de la muerte violenta a través de la búsqueda por la verdad, mediante la utilización del método y de las técnicas científicas; por la trivialización, donde el cuerpo de la víctima es visto como un “objeto” o un “muñeco”; por medio de la risa, del humor negro; el enfrentamiento de una muerte violenta en el ámbito personal ante el ejercicio profesional que rete el individuo a quedarse frente a frente con esa realidad. Los trabajos de Marta et al. (2009), Combinato y Queiroz (2006), Brêtas, Oliveira y Yamaguti (2006) apuntan que los sujetos por ellos investigados no fueron educados para manejar con la muerte en el ámbito del trabajo, situación igual fue percibida en los funcionarios del DC, siendo la proposición educacional de Kovács (2005) aplicable al caso en cuestión. La contribución de esa investigación para los estudios organizacionales consiste en llamar la atención para una temática poco abordada en la área, bien como enfatizar la relevancia de las organizaciones buscaren mecanismos de auxilio a aquellos que tienen por profesión el convivio con la muerte violenta.

PALABRAS CLAVE

Muerte; Violencia; Miedo; Peritaje; Etnografía.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *Morir en Occidente*: desde la Edad Media hasta nuestros días. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2000.
- BALANDIER, G. *A desordem*: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BELLATO, R.; CARVALHO, E. C. de. O jogo existencial e a ritualização da morte. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 99-104, jan./fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692005000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- BRASIL PROFISSÕES. Disponível em: <<http://www.brasilprofissoes.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2009.
- BRAVO, R. S. *Técnicas de investigación social: ejercicios y problemas*. Madri: Paraninfo, 1976.
- BRÊTAS, J. R. da S.; OLIVEIRA, J. R. de; YAMAGUTI, L. Reflexões de estudantes de enfermagem sobre a morte e o morrer. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 477-483, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342006000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2010.
- COMBINATO, D. S.; QUEIROZ, M. de S. Morte: uma visão psicossocial. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 11, n. 2, p. 209-216, maio/ago. 2006.
- CADERNOS trocados por armas. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 51, 4 maio 2008.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GOMES, M. P. *Antropologia*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1960.
- KOVÁCS, M. J. Educação para a morte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 484-497. set. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- KUSER, H. *Material instrucional do curso de Formação de Peritos Criminais*. Porto Alegre, 2009. Mimeografado.
- LOCARD, E. *A investigação criminal e os métodos científicos*. São Paulo: Saraiva, 1939.
- MARTA, G. N. et al. O estudante de medicina e o médico recém-formado frente à morte e ao morrer. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 416-427. jul./set. 2009.
- SILVEYRA, J. O. *Investigación científica del delito: la scena del crimen*. Buenos Aires: La Rocca, 2006.